

AS INFLUÊNCIAS DOS TRABALHADORES ESCRAVOS NA CONSTITUIÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

Thiago Pereira de Barros¹

thiagobarros.evk@gmail.com

Resumo: Esse artigo parte das novas interpretações da história social do trabalho de maneira a realizar uma discussão sobre a formação da classe trabalhadora no Brasil. Para, além disso, visamos através da ciência geográfica construir criticamente um caminho possível de discussão, que articuladamente com referenciais teórico-metodológicos de outras áreas/disciplinas, nos possibilite compreender as diferentes formas e significados expressos pelos sujeitos trabalhadores brasileiros. E entendendo a classe trabalhadora como formação social e cultural para além das relações de produção. Logo, ressaltamos ser preciso compreender o mundo do trabalho não apenas como a história do movimento operário, do sindicato, do partido político como vanguarda da revolução, mas analisando as experiências dos trabalhadores em diversos níveis, inclusive no seu cotidiano. Deste modo, exemplificaremos a importância negra na formação da classe trabalhadora brasileira a partir do trabalho do/no porto, ilustrando casos de resistências e luta. Portanto, a partir dos estudos referentes ao mundo do trabalho, incluindo-se a geografia do trabalho, demonstraremos as contribuições dos trabalhadores escravos para a formação da classe trabalhadora brasileira, que por muitos anos estiveram desintonizados da constituição da classe trabalhadora no país.

Palavra-chave: classe trabalhadora; trabalho; porto; geografia do trabalho.

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem por objetivo apresentar a importância do trabalho negro e escravo na construção da classe trabalhadora brasileira, ilustrando como exemplo o caso dos trabalhadores negros no porto, enquanto importantes sujeitos de sua própria história de luta, resistência e trabalho.

Pensando nisso, é necessário mencionarmos que partimos do pressuposto de que

[...] se não existe diferença em relação ao objeto, é na ação do sujeito que as atenções se voltam. Isto é, em sua expressão geográfica o trabalho pode ser entendido tanto em nível da relação metabólica homem-meio, quanto na dimensão da regulação sociedade-espaco, nas suas diferentes manifestações (assalariado, autônomo, informal, domiciliar, terceirizado, etc.). (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.1)

Para tanto a introdução das diferentes categorias de análises geográficas são fundamentais numa análise da realidade, preocupada com os sujeitos que vivem do trabalho, e mais com a

¹ Mestrando em Geografia pela FCT/UNESP – Presidente Prudente/SP/Brasil. Bolsista FAPESP. Membro do Centro de Estudos de Geografia do Trabalho (CEGeT).

implicação que este conceito do trabalho deve estar relacionado, isto é, para a necessidade de compreendermos as diferentes formas e significados expressos pelo trabalho e conseqüentemente pelos trabalhadores, que não são apenas os trabalhadores assalariados, sindicalizados e urbanos.

Pretendemos, assim, a partir dos estudos/áreas referentes ao mundo do trabalho, incluindo-se aí a geografia, demonstrar as contribuições dos trabalhadores escravos para a formação da classe trabalhadora brasileira, que por muitos anos estiveram desintonizados da constituição da classe trabalhadora no país. Antes, porém, é preciso que mencionemos rapidamente o que queremos propor por uma discussão centrada no trabalho.

Senso assim, a categoria trabalho, por muitos anos não compareceu na análise geográfica como reveladora do pacto de classes que a burguesia orquestrou para consolidar e manter seu projeto de dominação (THOMAZ JÚNIOR, 2004). Ou seja, o trabalho foi estudado apenas no seu caráter concreto e apropriado pelo discurso do capital na forma de mercadoria (valor de troca). Além de estar também fora da natureza

[...] enquanto elemento distante do *corpus* natural e visto somente como atividades humanas, já que o homem já estava fora da natureza. Nem lá, nem cá, o trabalho (des)situado geograficamente, o que Moreira (1987) denominou de ‘homem atópico’, alienado do processo social de produção e obliterado pelo estranhamento - diante das amarras sociais que lhe impedem *viver* a totalidade da existência social - consolidaram-se/fragilizaram-se as compreensões que se referenciaram a entendê-lo enquanto objetividade reificada ou um mero fator material de produção, como força de trabalho transformadora e fonte de geração de riquezas. (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p.113)

O que pretendemos é direcionar nossas atenções para a dialética do processo social, sendo que o trabalho sob o enfoque geográfico deve ser compreendido

[...] como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, sendo que nesse seu *ir sendo* ou em seu *vir a ser* está inscrita a intenção ontologicamente ligada ao processo de humanização do homem. A dupla linha de ação entre a ideação, a previsibilidade (a finalidade), enfim a teleologia (inexistente na natureza), e a materialidade fundante (causalidade), formam uma conexão interativa que solda a práxis ontológica do trabalho diante do agir societal. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.03)

Desta forma,

É nesse processo de auto-realização da humanidade através do trabalho, ao longo dos tempos, que reconhecemos o conteúdo do metabolismo social do capital que faz com que sociedade e natureza e, as mediações que governam essa relação dialética, sejam ‘lidas’ pela Geografia como base fundante da compreensão da polissemia do trabalho no mundo atual ou a polissemização da classe-que-vive-do-trabalho. (THOMAZ JÚNIOR, 2002, p.03-04)

Portanto, devemos compreender o trabalho nas mais diversas e diferentes inserções e formas de exercitação ontológica que não podem mais ser entendido em si mesmo, estando, pois,

“[...] deslocado das ligações e relações societárias e das mediações sociais que proclamam seu redefinir constante.” (THOMAZ JÚNIOR, 2011, p.109).

Desta forma, as influências de luta e resistência dos trabalhadores escravos no Brasil, principalmente nas décadas finais do século XIX e as três primeiras décadas do século XX deve ser compreendida pela sua participação na construção da classe trabalhadora brasileira. Para isso, contamos com as contribuições teórico-analíticas de outras áreas/disciplinas que se voltaram a analisar o mundo do trabalho. Neste caso a história, a sociologia etc., sobretudo, com as novas leituras da história social do trabalho.

Portanto, realizaremos um constante debate com a nova história social do trabalho, a fim de produzir um debate sobre a problematização da constituição da classe trabalhadora brasileira, destacando as influências e a importância do trabalho negro e escravo.

Em seguida, exemplificaremos essa discussão, apontando a importância da luta, resistência e trabalho dos negros no porto do Rio de Janeiro entre os séculos XIX e XX.

1. TRABALHADORES ESCRAVOS: A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA BRASILEIRA

As releituras sobre o mundo do trabalho, vindo principalmente, da nova história social do trabalho além de contemplar outros sujeitos trabalhadores que não estavam na abordagem tradicional dentro do viés marxista ortodoxo apontaram também questionamentos sobre a própria origem da constituição da classe trabalhadora brasileira.

Deste modo, seguindo as definições clássicas e a partir das interpretações realizadas pela nova história social do trabalho, veremos

[...] que o processo de formação de classe só pode ser compreendido a partir das condições objetivas que opõem, nas relações sociais de produção, os produtores diretos, àqueles que, detendo os meios de produção, exploram os que nada possuem. No capitalismo, tal oposição objetiva entre os interesses dos proprietários e os dos despossuídos ganha novos contornos, pois os que vendem sua força de trabalho em troca de um salário, adquirem, na experiência comum da exploração a que estão submetidos, a consciência da identidade entre seus interesses, que se opõem aos interesses de seus exploradores, e no bojo deste conflito (a luta de classes), constroem sua consciência de classe. (MATTOS, 2009, p.55)

Neste sentido, os valores, os referenciais culturais e os discursos que compõe tal consciência não surgem de uma hora pra outra. Criam-se a partir da experiência da exploração e das lutas de classes travadas anteriormente, dentro da sociedade brasileira não podemos deixar de lado

as experiências dos quase quatro séculos de escravidão, como pontua Mattos (2009). Daí a importância de se compreender os valores e os referenciais de luta e resistências deixados e passados por esses trabalhadores escravos, principalmente, nas duas décadas anteriores a abolição e posteriores a ela.

Pretendemos assim destacar, posteriormente as experiências e heranças da luta dos escravos, durante o final do século XIX e início do XX. Demonstrando as relações desses trabalhadores com os assalariados na luta pela abolição e também por melhores condições de trabalho e de vida. E acima de tudo, apontar as resistências desses sujeitos históricos no Brasil.

Diversos autores dentro da literatura brasileira foram influenciados pela produção historiográfica e sociológica brasileira produzida durante a década de 1960-70.² Para esses autores, o escravo era visto como vítima da sociedade escravista, um ser desumanizado pelo trabalho e pelo sistema. Dentro dessa lógica só apenas quando o escravo boicota a produção, ou foge ele se humaniza.

Contudo, como revela Silva; Reis (1989), a relação entre o negro e o branco durante a escravidão deve ser vista além da perspectiva dicotômica, mais comum, sendo ela: Zumbi dos Palmares; a ira sagrada, o treme-terra; e o Pai João, a submissão conformada. Para esses autores outro campo de padrão deve ser analisado nessa relação escravos e o homem branco, o da negociação.

Desta forma, os autores buscam destacar que no Brasil, assim como em outras partes da América que foram utilizados a mão-de-obra negra, os escravos negociaram mais do que lutaram abertamente contra o sistema. O que para os autores tratou-se “[...] do heroísmo prosaico de cada dia” (SILVA; REIS, 1989, p.15).

As formas de enfrentamento não se deram apenas através da força, como apresentam Silva; Reis (1989), mas houve também estratégias pacíficas de resistências: atos de desobediências, manipulação pessoal, autonomia cultural, e até mesmo fugas de resistência (que buscavam ganhos específicos, como melhores condições de trabalho e de vida, outro tipo eram as fugas de rompimento ou insurreições).

Para os autores, a cultura, mais precisamente a religião, foi um dos principais mecanismos de união – de identidade étnico-cultural - entre os diversos povos africanos e também com o homem branco, funcionando como elemento essencial da política de rebelião e rebeldia dos escravos.

² Mais informações sobre os autores da geração historiográfica e sociológica da década de 1960 e 1970, ver LUPION, s/d.

E assim, mesmo no início do século XIX tiveram ações dos escravos na busca de melhores condições de vida e trabalho através da negociação com os senhores, demonstrando que o sistema escravista não poderia ter se mantido de forma tão rígida, como muitos autores afirmam, mas pelo contrário as relações entre escravos e senhores se deram mais no campo da negociação do que do conflito. Também foram demonstrados por esses autores que os escravos foram sujeitos históricos de seu próprio tempo, contrapondo a visão tradicional de submissos e escravos como “coisa” difundida pela “escola paulista”³.

Outro autor que nos ajuda a tecer relações e contribuições entre os trabalhadores escravos e os trabalhadores livres assalariados no Brasil é Marcelo Badaró Mattos em seu livro ‘Trabalhadores e sindicatos no Brasil’, ou também em seus diversos artigos sobre o tema, como por exemplo: “Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil”.

A história de João de Mattos, padeiro, homem livre e branco na segunda metade do século XIX e início do século XX, trazida por Mattos (2009) demonstra as relações, contribuições, trocas de práticas de luta entre os trabalhadores escravos e os assalariados, mas também a união entre esses trabalhadores para acabar com o regime escravista.

Sendo assim, numa sociedade como a nossa, marcado por quase quatro séculos de escravidão, não é possível pensar o surgimento da classe trabalhadora sem levar em conta as lutas de classe e os valores e referenciais que foram construídos e se desenrolaram com os trabalhadores escravos.

Portanto a história de João de Mattos é tão significativa, pois nela se revela como descreve Mattos (2007), os elos entre os períodos anteriores e posteriores a 1888, no processo de formação da classe trabalhadora brasileira. Pois até meados dos anos de 1850

[...] o trabalho escravo dominava não apenas o cenário dos grandes latifúndios monocultores, voltados para a agricultura de exportação, como também as principais cidades do país. Assim, o Rio de Janeiro possuía, em 1849 uma população total de 266.466 pessoas, sendo 155.854 livres (muitas das quais libertas, ou seja, ex-escravizadas) e 110.602 escravizadas. (MATTOS, 2007, p.03)

Nos centros urbanos os trabalhadores escravos estavam inseridos nas mais diversas atividades produtivas, muitos eram alugados por seus senhores e outros eram escravos de ganhos, aqui os principais sujeitos que contribuiram para a formação dos trabalhadores nos portos brasileiros.

³ Para maiores informações sobre a escola paulista ver Lara (1998).

Nestas condições, trabalhadores escravizados e livres conviviam lado a lado, nas ruas, moradias e locais de trabalho das maiores cidades brasileiras. Não poderia ser estranho, portanto, que compartilhando espaços de trabalho, circulação, moradia e lazer, esses trabalhadores – escravizados ou livres – também compartilhassem valores, hábitos, vocabulário, experiências enfim, inclusive de organização e de luta, ainda que as diferenças entre sua condição jurídica criassem distâncias significativas. (MATTOS, 2007, p.04)

Neste sentido, outro autor que demonstra muito bem essas relações no trabalho, no lazer, no cotidiano dos trabalhadores nesse momento de contato e troca de valores entre trabalhadores assalariados, escravos e libertos é Sidney Chalhoub (1986). Esse buscou demonstrar o cotidiano dos trabalhadores livres e libertos pós-abolição da escravatura no Rio de Janeiro e toda a construção da ideologia do trabalho, que estava sendo implantada neste período, pelos dominantes, numa cidade em transformações que excluía e segmentava ainda mais o sujeito trabalhador.

As experiências de luta e resistência dos escravos fazem parte da construção da classe trabalhadora no Brasil. Mesmo que a situação jurídica dos trabalhadores escravos sejam diferentes dos trabalhadores assalariados. Porém suas lutas e resistências travadas principalmente nas décadas finais da escravidão no Brasil e nos anos posteriores a abolição contribuíram substancialmente com a construção da classe trabalhadora.

Corroborando com as leituras da nova história social do trabalho, como apontou Lara (1998), alguns historiadores baseando-se em Thompson, perceberam que as relações entre escravos e senhores não eram apenas fruto dos senhores, mas também dos próprios escravos enquanto sujeitos históricos.

A partir dessa influência, muitos estudos surgiram com o enfoque nas batalhas cotidianas desses homens e mulheres na busca da liberdade, demonstrando

[...] que a luta dos escravos não se fazia só nas revoltas e fugas, mas também estava presente no dia a dia, em pequenos atos que ganhavam novas dimensões quando politizados em seus significados. Redimensionando a compreensão da experiência escrava, as novas propostas historiográficas acabaram por quebrar o relativo consenso existente acerca dos libertos, até então associados ao despreparo para o novo mundo do trabalho livre. (ARANTES, 2005, p.28-29)

Desta forma, entendemos que os escravos estavam e tinham condições de serem inseridos no mundo do trabalho, contudo devido a política racista e o medo de uma possível revolta negra presente a sociedade brasileira da época, fez com que o escravo fosse marginalizado, renegado e esquecido da história.

Pensando nisso, buscaremos a seguir realizar aproximações desta importância histórica do trabalho dos negros e escravos em relação a um caso em específico: os atos de luta e resistências dos trabalhadores estivadores. Ou seja, a partir desta discussão trazida pela nova história social do

trabalho buscamos transpor as barreiras do conhecimento, como sugere Thomaz Júnior (2002), de maneira a estarmos atentos a dialética do trabalho que se expressa geograficamente no Brasil.

2. A CONTRIBUIÇÃO NEGRA DO TRABALHO NO PORTO: LUTA E RESISTÊNCIA

Trataremos nesta parte das experiências expostas pelos estivadores do Rio de Janeiro, no denominado Porto Negro segundo Arantes (2005), demonstrando exemplos de luta e resistência a partir de práticas sociais dos trabalhadores, em sua maioria, negros e ex-escravos, mas também com a presença de imigrantes. Estes trabalhadores a partir do convívio no trabalho, mas também no lazer, nas horas de folga e no compartilhamento de suas residências formaram um elo de solidariedade e de ajuda mútua na luta contra os desmandos de seus patrões.

Como sabemos, a cidade do Rio de Janeiro possuía uma mão-de-obra escrava vasta, mesmo após a abolição. E na atividade portuária historicamente esteve presente o trabalhador negro e escravo. Isto é, “Na vigência da escravidão, o conjunto de variados trabalhos típicos do porto, como carregadores, estivadores, arrumadores, era predominantemente ocupado por trabalhadores escravizados.” (MATTOS, 2007, p.6).

Esses trabalhadores mesmo após a abolição continuaram a exercer seus trabalhos nos portos. Os trabalhadores portuários não possuíam a certeza do emprego, de modo que, esses tinham que se apresentar diariamente na “parede” - local onde os interessados se apresentavam para disputar uma vaga nas turmas que fariam o serviço - para garantir o emprego. Esse tipo de contratação era chamada de mão-de-obra avulsa e estava sujeita as flutuações do mercado, isto é, dependia da demanda de serviços, da quantidade de cargas que deveria ser embarcada ou desembarcada num dado dia (ARANTES, 2005).

Outro elemento importante a ser mencionado é o que Sidney Chalhoub (1986) apresenta em seu livro “Trabalho, lar e botequim” referente aos estivadores e a construção de uma rede de solidariedade que vai além de seu ofício, atingindo outras categorias (sapateiros, por exemplo) devido à própria política de valorização do trabalho inserida nesse contexto e também a luta dos trabalhadores sejam eles imigrantes, trabalhadores nacionais e ex-escravos na luta por moradia e por trabalho na cidade do Rio, no final do século XIX e início de século XX. As reformas urbanas implantadas por Pereira Passos na cidade buscou acabar com os cortiços que abrigaram a maioria da mão-de-obra pobre da cidade. Esses cortiços eram as residências dos trabalhadores do porto, com o seu fim, o teto mais comum eram as hospedagens, quando conseguiam trabalho, ou dormiam pelas praças próximas ao local de trabalho.

Contudo, a política de valorização do trabalho buscava reprimir esses trabalhadores ao vício e a “dita desordem” e a polícia tinha um papel importante nesse quesito, de atuar e prender os ociosos, os sem trabalho, os sem residências encontrados pela rua. Neste sentido, os trabalhadores portuários devido à perda de sua residência e a peculiaridade da atividade de labor no porto, era comum encontrá-los dormindo, descansando ou esperando a próxima chamada para o emprego nas praças e ruas próximas ao porto (ARANTES, 2005, p.30).

Desta forma, nos registros policiais era comum encontrar a passagem de trabalhadores portuários, envolvido em desordem de vários tipos ou simplesmente acusados de vadiagem por não ter um local onde dormir. Apesar de todo esse cenário, foi através das dificuldades cotidianas que se constituiu uma rede de ajuda, de solidariedade entre os trabalhadores, o que Chalhoub (1986) demonstrou através dos conflitos entre os estivadores, que em alguns casos iam parar na polícia. Era de costume entre esses trabalhadores não irem depor, ou burlar de alguma forma as autoridades, pois preferiam resolver suas diferenças entre eles mesmos.

Outro elemento desagregador dos estivadores era a própria forma de contratação do trabalho, que por muitos anos foi foco de intrigas entre eles. Contudo foi a partir desses elementos que se formou entre esses trabalhadores um movimento de tentativa de controle da mão-de-obra no porto.

Porém, esses trabalhadores portuários da cidade do Rio de Janeiro são vistos por parte da literatura sobre o movimento operário no Brasil, como sindicalismo amarelo, isto é, um tipo de sindicalismo onde suas lideranças têm grandes proximidades com o Estado e que não buscaram um rompimento revolucionário da classe trabalhadora.

Nesta perspectiva temos Boris Fausto que de acordo com Arantes (2005), considera que as diferentes nacionalidades dos trabalhadores portuários limitaram a ação operária e determinou o caráter de sindicalismo reformista e não revolucionário, que ele chama de “trabalhismo carioca”. De acordo com Boris Fausto os portuários assim como outras categorias no Rio de Janeiro foram intocados pela ideologia anarquista, muito devido a presença em massa de trabalhadores negros e ex-escravos. Já o mesmo não teria acontecido em São Paulo, ou mais precisamente em Santos, cidade portuária que recebeu um grande contingente de trabalhadores imigrantes e, devido a atuação do sindicato, de tendência anarquista, essa cidade ficou conhecida como a “Barcelona brasileira”. Tal diferença se deu, pois em Santos a identidade de classe tendeu a supera a identidade nacional, o que não aconteceu no Rio com os trabalhadores nacionais.

Essas idéias se relacionam muito ao fato da historiografia não pensar o escravo como ‘ser político’, daí uma menor ‘consciência de classe’ quando estes se fizeram

trabalhadores livres, e uma forte tendência a aceitar o paternalismo estatal mais facilmente. (ARANTES, 2005, p.83)

Entretanto, noutra perspectiva sobre o movimento operário no Brasil, temos Cláudio Batalha (2006) e Daniel Aarão Reis(2007), ambos mencionam que diversos autores tiveram grande dificuldade em analisar fenômenos como o reformismo na primeira república, isso se explica pela tendência em se considerar apenas sindicatos revolucionários como elemento revolucionário e de verdadeira luta pela transformação social. Para essa tendência só existe uma verdadeira forma de consciência de classe: a revolucionária. A literatura clássica quis passar

[...] como a ‘verdadeira’ classe operária, generalizando modelos e criando paradigmas, simplifica e idealiza um movimento operário e sindical que não condiz com a realidade de muitas organizações de luta operária. A maioria dos trabalhos tendeu a desqualificar e diminuir a importância dos sindicatos reformistas, encarados como frutos de mera manipulação patronal ou estatal e desprovidos de qualquer projeto próprio. Assim, preocupada em desqualificar o reformismo como expressão operária, a historiografia recusou-se também a estudá-lo e compreendê-lo historicamente como uma manifestação legítima de consciência de classe. (ARANTES, 2005, p.84)

Desta forma, contrapondo a literatura clássica sobre o sindicalismo revolucionário e o fato de que os trabalhadores negros devido a sua origem não possuíam uma consciência de classe e, sim uma consciência nacional, novas pesquisas dentro da história do trabalho apresentam o contrário, como demonstra Cruz (2000) que os trabalhadores negros assim como os imigrantes também tenderam a superar a identidade nacional e a construir uma identidade de classe. Para autora também houve solidariedade de classes entre os portuários no Rio de Janeiro. Coloca ainda, que a construção da União Operária dos Estivadores teve fortes influências das tradições oriundas das experiências dos escravos de ganho em sua organização de trabalho e na formação do próprio sindicato.

A União Operária dos Estivadores possuía em sua maioria a presença negra (muitos escravos) e suas primeiras lideranças foram negras. Este sindicato conseguiu o que o sindicato “dito” revolucionário do Porto de Santos apenas conseguiu na década de 1930, uma das principais bandeiras de lutas dos estivadores, o *Close Shop* já no decorrer da década de 1910. O *Close Shop* é um sistema de sindicato fechado, onde os sindicalizados controlam a mão-de-obra do porto, tirando esse controle dos patrões ou das empresas agenciadoras de mão-de-obra. Tal fato era buscado por estivadores do mundo todo, contudo poucos eram os que conseguiam tal conquista.

Desta forma, as experiências dos trabalhadores portuários no Rio ajudam a compreender que a formação da consciência de classe esta muito além daquela exposta pela literatura tradicional. E que outros elementos devem ser levados em conta na própria formação da classe trabalhadora brasileira assim como sua consciência de classe. E o sindicato dos estivadores do Rio ajuda-nos a

compreender outros elementos que fazem e compõem a identidade dos trabalhadores no processo de luta por melhores condições de trabalho e de vida.

Afinal, através da leitura de Thompson (1998), isso nos possibilitou compreender que os costumes, o cotidiano dos trabalhadores, a cultura são importantes elementos e formas de expressões políticas e de construção de interesses distintos dos dominantes. Devemos ultrapassar as leituras sobre a ordem social do modo que se tornou predominante, visto de cima, devemos investir nossas análises na tentativa de reconstruir a visão a partir dos de baixos. Em Thompson (1998) é possível ver novos entendimentos entre a *gentry* e os trabalhadores ingleses, não como uma forma vertical, onde a *gentry* determinava seus interesses e a plebe compactuava sem demonstrar resistência, pelo contrário.

Considero que a noção de reciprocidade entre *gentry*-multidão, de ‘equilíbrio paternalismo-deferência’, em que os dois lados da equação eram, em certa medida, prisioneiro um do outro, mais proveitoso do que as noções de ‘sociedade de uma só classe’, de consenso ou de uma pluralidade de classes e interesses. O que nos deve interessar é a polarização de interesses antagônicos e a dialética correspondente da cultura. (THOMPSON, 1998, p.69)

Devemos questionar e decodificar as evidências, como coloca Thompson (1998), pois é da luta dos trabalhadores que compreenderemos o papel de resistência e de organização destes sujeitos frente aos interesses dos dominantes, mas para isso devemos questionar os filtros interpretativos utilizados pelos dominantes. Neste sentido, o autor pontua a configuração da plebe no século XVIII que mesmo tendo uma resistência menos articulada, que dos séculos posteriores, foi frequentemente muito específica, direta e turbulenta. Assim se não deslocarmos nossa perspectiva de análise,

[...] corremos o risco de nos tornar prisioneiros dos pressupostos e da auto-imagem dos governantes: os trabalhadores livres são vistos como ‘dissolutos e desordeiros’, o motim é visto como espontâneo e ‘cego’, e tipos importantes de protestos social ficam perdidos na categoria do ‘crime’.” (THOMPSON, 1998, p.68)

Sendo assim, a partir dessas contribuições de Thompson (1998) e da nova história social do trabalho, destacamos as influências dos trabalhadores escravos e libertos partindo, principalmente, do Porto Negro no Rio de Janeiro, na formação da classe trabalhadora.

Desta forma, a partir das relações sociais entre os trabalhadores no cais do porto, no seu cotidiano pelas ruas ao seu redor do cais, nos bares, nos cortiços etc., percebemos a construção de uma identidade de classe que se deu na luta por melhores condições de trabalho. E esta teve grandes influências negras e de trabalhadores ex-escravos no porto do Rio, devido às características da mão-de-obra exigida.

Portando, como demonstrado ao longo do texto, a figura do negro para a constituição da classe trabalhadora brasileira é importante e influência de sobremaneira a sua formação, mesmo que

muitos estudos nas mais diversas áreas/disciplinas ainda tendem a subjugar esse fato da história brasileira. E além de apontarmos essa influência marcante e presente da mão-de-obra negra e escrava na formação da classe trabalhadora, destacamos a necessidade de fazermos a releitura e a ampliação do que entendemos por classe trabalhadora.

Esse debate que estamos travando visa realizar uma crítica radical quanto aos limites da leitura teórico-metodológico que vem acompanhando os estudos sobre a classe trabalhadora, sem deixar de compreender, o movimento e os significados expressos pelo trabalho.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É urgente a necessidade de pensarmos o conceito de trabalho, não de forma mediadora, mas como tema central de nossas análises. Entendido, como expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza, logo enquanto dimensão ontológica do ser social.

Assim, a necessidade de apreendermos, segundo Thomaz Júnior (2002), a totalidade vida do trabalho, que está em constante movimento, que é dialético, que se expressa territorialmente diferente. Ou seja, o trabalho não deve ser entendido apenas como aquele que compreende o trabalho livre, do operariado, branco, assalariado e etc.

A geografia deve estar atenta a essa complexidade que permeia o mundo do trabalho, não se limitando a uma leitura reducionista, mas fazendo uso de outras disciplinas que estudam a temática (como a sociologia e a história, por exemplo), de maneira a compreender o processo social capitalista onde se insere o trabalho e que, portanto, necessita ser compreendido com suas contradições, dinâmicas e, principalmente, apreendendo o seu conteúdo e significado espacial e territorial.

Assim, sendo possível a construção de uma geografia do trabalho, que centra seu foco de análise no trabalho, ampliando sua visão focada no objeto de estudo, para centrar-se nos sujeitos, no caso, para a dinâmica complexa e em movimento dialético dos sujeitos que vivem do trabalho e se expressam geograficamente.

Logo, como apontamos neste texto, nota-se que a figura do negro é importantíssima e influenciou a formação da classe trabalhadora brasileira, de tal modo que não podemos mais “fecharmos os olhos” para essa realidade, isto é, para a importância histórica do negro no mundo do trabalho.

Portanto, é através dos enfrentamentos, das derrotas e vitórias presente no conflito entre os trabalhadores escravos no Brasil frente a sociedade escravocrata, e compreendendo esse conflito de outro ângulo que não o do dominante, que encontraremos os laços, as trocas de valores culturais e de resistência dos trabalhadores escravos com os livres. Sendo que, em um período de mudanças, todo esse arcabouço cultural e de lutas influenciou a construção da classe trabalhadora brasileira que não se deu de uma ora para outra, mas que se construiu tendo também a presença e as influências dos trabalhadores escravos.

Do mesmo modo, como em outros estudos sobre o mundo do trabalho deve-se ter a clareza de que a classe trabalhadora não deve mais ser vista como uma explicação/predefinição rígida (a assalariada, branca, operária, urbana e sindicalizada), mas devemos compreender de forma crítica e atentadamente o complexo e dialético leque de trabalhadores, que são diversos e singulares e que estão no interior da classe-que-vive-do-trabalho.

Assim, ao centrar nossa análise sobre o trabalho, demonstrada pela relação metabólica homem-natureza, geograficamente isso nos revela a espacialidade do trabalho dos sujeitos expressas no seu cotidiano, com seus valores, suas dinâmicas, resistências, conflitos, contradições e lutas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, E. B. *O Porto Negro: Cultura e Trabalho no Rio de Janeiro dos Primeiros anos do séc. XX*. Campinas, SP: [s.n.], 2005.

BATALHA, C. H. M. *Os Desafios Atuais da História do Trabalho: anos 90*. Porto Alegre, v. 13, n. 23/24, p.87-104, jan./dez. 2006.

CHALHOUB, S. *Trabalho, Lar e Botequim: o cotidiano dos trabalhadores no Rio de Janeiro da Belle Époque*. Editora Brasiliense: São Paulo, 1986.

CRUZ, M. C. V. E. Tradições Negras na Origem de um Sindicato: Sociedade de Resistência dos Trabalhadores em Trapiche e Café, Rio de Janeiro, 1905-1930. In: *Afro-Ásia*, n.24, 2000.

LARA, S. H. Escravidão, Cidadania e História do Trabalho no Brasil. *Projeto História: revista de estudos de pós-graduados de História*, São Paulo, v.16, p.25-38, 1998. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/11185/8196>. Acesso em: 11/11/2014.

LUPION, M. R. O. A gênese da história do trabalho e dos trabalhadores no Brasil e os paradigmas da “transição” e da “substituição”. *Revista tema Livre*. s/d. Disponível em: <http://www.revistatemalivre.com/trabalho11.html>. Acesso em: 12/10/2014.

MATTOS, M. B. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 160p.

_____. Experiências comuns: escravizados e livres no processo de formação da classe trabalhadora no Brasil. *Associação Nacional de História – ANPUH XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA*, 2007.

REIS, D. A. Estado e Trabalhadores: O Populismo em questão. *Locus*, revista de história. Local, v.13, nº2, 2007. p.87-108.

SILVA, E; REIS, J. J. *Negociação e Conflito*: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.152p.

THOMAZ JÚNIOR, A. Por uma Geografia do Trabalho. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v.3, número especial, 2002. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/viewFile/786/809>. Acesso em: 22/03/12.

_____. Ser camponês, ser operário! Limites e desafios para a compreensão da classe trabalhadora no Brasil. *Geografia e Trabalho no Século XXI* – v.2. 2004.

_____. O mundo do trabalho e as transformações territoriais: os limites da ‘leitura’ geográfica. *Revista Pegada*, Presidente Prudente, v. 12, n.1, p.104-122, 2011. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/917/946>. Acesso em: 22/03/12.

THOMPSON, E.P. *Costumes em Comum*: estudo sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 493p.